
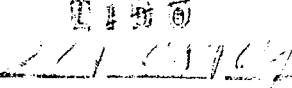


Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CAF e CCJ.

Em, 22 / 08 / 01.


Itamar Pinheiro Lima
Membro da Assessoria da Plenária


Assessoria da Plenária

MENSAGEM

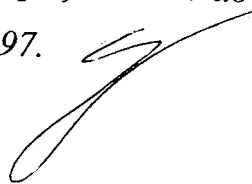
Nº 444 / 2001-GAG

Brasília, 17 de agosto de 2001.

Senhor Presidente,

Estando o Governo do Distrito Federal ultimando esforços para a aprovação dos projetos urbanísticos referentes aos parcelamentos do solo sob a forma de "condomínios", torna-se necessário o encaminhamento de Projeto de Lei Complementar a essa Augusta Câmara Distrital, com apoio na Lei Federal n.º 9.785/99, em seu artigo 4º, parágrafo 1º, que altera a Lei n.º 6.766/79, objetivando fixar, previamente, índices de ocupação e uso do solo que subsidiem a regularização fundiária nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal.

O Projeto de Lei ora apresentado define critérios, após estudos técnicos elaborados pela Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e demais órgãos a que estão afetos a regularização fundiária, no parcelamento denominado Condomínio Porto Seguro, processo n.º 020.001.202/90-6, localizado na Região Administrativa do Paranoá - RA VII, com os índices de ocupação e uso do solo estabelecidos pela Lei Complementar n.º 017, de 28 de janeiro de 1997.



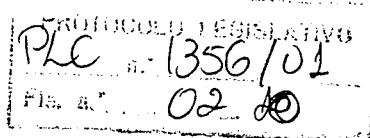
A Sua Excelência o Senhor
Deputado **GIM ARGELLO**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PLC n.º 1356/01
Fl. n.º 01 de 01

Em conseqüência, atento ao disposto na nossa Carta Magna e aos dispositivos constantes do artigo 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal, que determinou como objetivos prioritários a preservação dos interesses gerais e coletivos, a promoção do bem de todos visando “proporcionar aos habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum”, esperamos que essa Augusta Casa Legislativa, em regime de urgência, nos termos do artigo 73 da referida Lei, defina os usos e índices urbanísticos do parcelamento citado, na forma prevista no Projeto de Lei Complementar ora encaminhado.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência e aos demais pares os protestos de elevada estima e distinta consideração.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal



PLC 1356 /2001
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº DE AGOSTO DE 2001
(AUTOR DO PROJETO: PODER EXECUTIVO)

Estabelece índices de ocupação e uso do solo para fins de aprovação de parcelamento do solo urbano, denominado "Condomínio Porto Seguro", localizado na Região Administrativa do Paranoá – RA VII, conforme estabelece a Lei n.º 9.785, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, DECRETA:

Art. 1º - Nos termos e para fins do que estabelece o parágrafo 1º, inciso I, artigo 4º, da Lei n.º 9.785/99, que altera a Lei n.º 6.766/79, ficam aprovados os índices de ocupação e uso do solo para o parcelamento denominado "Condomínio Porto Seguro", processo de regularização n.º 020.001.202/90-6, localizado na Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

Art. 2º - Os usos permitidos no parcelamento são:

- I – residencial: unifamiliar;
- II – comercial: varejista e prestação de serviços; e
- III – institucional: lazer, saúde, educação e administração.

Art. 3º - Os projetos urbanísticos do parcelamento serão aprovados pelo Poder Executivo, obedecidos os índices de ocupação e uso do solo estabelecidos pela Lei Complementar n.º 17, de 28 de janeiro de 1997.

- I – densidade bruta máxima de cinquenta habitantes por hectare;
- II – lotes residenciais com coeficiente de aproveitamento igual a 1,5 (um vírgula cinco) vezes a área do lote;
- III – lotes para comércio e serviços com coeficiente de aproveitamento de 2 (duas) vezes a área do lote;
- IV – lotes destinados ao uso institucional e aos equipamentos públicos comunitários, dimensionados de acordo com a legislação pertinente.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de _____ de 2001
113º da República e 42º de Brasília


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

